

Unidas pela fibra: trabalho associado, solidário e artesanal de mulheres em São Luís, Maranhão, Brasil

Alany Barbosa Nascimento*

Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, UFMA

alanycs89@gmail.com

Recibido: 18.09.17

Aceptado: 30.11.17

Resumo: No presente texto, discute-se o tema do trabalho na sociedade contemporânea, com foco nas relações gênero e trabalho. Com base em um estudo de caso da Associação de Artesãos Unidos pela Fibra, localizada na cidade de São Luís- MA, buscou-se identificar as alternativas encontradas pelas mulheres, sobretudo aquelas que vivem em trajetórias de pobreza e/ou exclusão social, frente às transformações e crises no mundo do trabalho. Assim, analisamos como discursos construídos e reproduzidos no processo histórico e político naturalizam e reduzem as práticas sociais à divisão de papéis sociais “sexuados”, criando relações de poder e hierarquias. Desse modo, buscou-se averiguar as possibilidades de haver, no âmbito do trabalho artesanal associado e solidário, elementos capazes de favorecer experiências de empoderamento. A abordagem do problema é de ordem qualitativa.

* Graduada em Ciências Sociais, licenciatura e bacharelado, pela Universidade Federal do Maranhão. Mestranda no Programa de Pós Graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal do Maranhão, UFMA.

Palavras chaves: Trabalho, gênero, economia solidária.

Resumen: En el presente texto, se discute el tema del trabajo en la sociedad contemporánea, con foco en las relaciones género y trabajo. Con base en un estudio de caso de la Asociación de Artesanos Unidos por Fibra, ubicada en la ciudad de São Luís- MA, se buscó identificar las alternativas encontradas por las mujeres, sobre todo aquellas que viven en trayectorias de pobreza y / o exclusión social, frente a las transformaciones y crisis en el mundo del trabajo. Así, analizamos cómo discursos construidos y reproducidos en el proceso histórico y político naturalizan y reducen las prácticas sociales a la división de roles sociales "sexuados", creando relaciones de poder y jerarquías. De ese modo, se buscó averiguar las posibilidades de haber, en el ámbito del trabajo artesanal asociado y solidario, elementos capaces de favorecer experiencias de empoderamiento. El enfoque del problema es de orden cualitativo.

Palabras claves: Trabajo, género, economía solidaria.

2 

Abstract: This paper discusses the theme of work in contemporary society, with a focus on gender and work relations. Based on a case study of the United by the Fibra Craftsmen's Association, located in the city of São Luís, MA, it was sought to identify the alternatives found by women, especially those living in poverty and / or social exclusion trajectories, transformations and crises in the world of work. Thus, we analyze how discourses constructed and reproduced in the historical and political process naturalize and reduce social practices to the division of "sexed" social roles, creating relations of power and hierarchies. In this way, we tried to investigate the possibilities of having, in the scope of artisanal work associated with solidarity, elements capable of favoring experiences of empowerment. The approach to the problem is qualitative.

Keywords: Work, gender, solidarity economy

Introdução

Neste artigo, discute-se o tema do trabalho na sociedade contemporânea, com foco na presença das mulheres no campo de trabalho e as relações de trabalho e

gênero. Com base em um estudo de caso da Associação de Artesãos Unidos pela Fibra (AARTUF), localizada na cidade de São Luís- MA, buscou-se identificar as alternativas encontradas pelas mulheres, sobretudo aquelas que vivem em situação de pobreza e/ou exclusão social, frente às transformações e crises no mundo do trabalho.

A sede da AARTUF está localizada no bairro Vila Ariri, na cidade de São Luís MA. A cidade ocupa uma área de 804,785 km², possui cerca de 1.082.935 habitantes (Estimativa IBGE, 2016). O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade é de 0,768, ocupando a 249^a posição no ranking nacional dos municípios. A capital maranhense, segundo pesquisas do Mapa da Violência no Brasil 2016¹, em 10 anos passou da posição de 21^a para 3^a cidade mais violenta do país, com índices de 67,1 homicídios por 100 mil habitantes, tendo um crescimento de 304% em relação ao período anterior.

É nessa realidade que se encontram as mulheres investigadas nesta pesquisa. Nesse sentido, o presente estudo buscou investigar e compreender o contexto social de formação e organização dessas mulheres. Quais as alternativas encontradas por elas, em especial aquelas vindas de trajetórias de precariedade e exclusão social, diante das desigualdades de acesso ao mercado de trabalho? Quais os significados do trabalho realizado por elas? Como se dão e quais as possibilidades e dificuldades encontradas na organização de práticas coletivas pautadas nos princípios da Economia Solidária?

Assim, esta pesquisa teve como objetivo geral analisar as experiências das mulheres da AARTUF, com intuito de contribuir qualitativamente para as discussões atinentes à inserção das mulheres no mercado de trabalho contemporâneo no Brasil, especificamente no Maranhão. Já os objetivos específicos que orientaram este trabalho foram: perceber como os discursos construídos e reproduzidos no processo histórico e político naturalizam e reduzem as práticas sociais à divisão de papéis sociais sexuais, quais os sentidos dos trabalhos desempenhados pelas mulheres da AARTUF e conhecer o que motiva as trabalhadoras na organização do trabalho associado e solidário.

O estudo aqui proposto teve como foco verificar empiricamente a seguinte hipótese: o processo de construção de espaços de trabalho coletivo associado, organizado por mulheres, em especial daquelas que vivem em situação de

¹ Disponível em:
<http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf>.
Acesso: Setembro de 2016.

precarização, possibilitaria experiências de empoderamento e reconhecimento do trabalho das mulheres, ajudando a compreender e encarar as desigualdades das relações sociais de gênero.

As relações sociais de gênero têm sido elaboradas historicamente nos variados campos de sociabilidade. Relações vivenciadas cotidianamente, estruturadas por práticas, normas e simbologias culturalmente construídas que possuem, ainda, uma base material reforçada através do trabalho e da divisão sexual do trabalho. Nessa conjuntura, para refletir em torno dessas questões, revisou-se a literatura referente às categorias gênero (SCOTT, 1990; BUTLER, 2001), trabalho (MARX, 1975; ANTUNES, 2002) e Economia Solidária (SINGER, 2005).

Portanto, a abordagem do problema é de ordem qualitativa, com propósito de observar o fenômeno a partir de experiências relatadas pelos sujeitos estudados, em que a busca dos significados e sentidos contidos nas ações sociais se dá por meio de pesquisa de campo com observação in loco e entrevistas de caráter semiestruturado com pessoas da comunidade. Estas técnicas possibilitam que o pesquisador observe, converse com as pessoas, compare e interprete as diversas situações e respostas. Segundo Mirian Goldenberg (2004, p. 49):

“Partindo do princípio de que o ato de compreender está ligado ao universo existencial humano, as abordagens qualitativas não se preocupam em fixar leis para se produzir generalizações. Os dados da pesquisa qualitativa objetivam uma compreensão profunda de certos fenômenos sociais apoiados no pressuposto da maior relevância do aspecto subjetivo da ação social”.

Na pesquisa em questão, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com integrantes da Associação de Artesãos Unidos pela Fibra (AARTUF) e observação durante as atividades cotidianas de produção e comercialização. As fontes orais apreendidas durante o processo de pesquisa permitiram construir interpretações qualitativas da vida e dos processos sociais investigados.

Unidas pela fibra: trajetórias de socialização e organização coletiva das mulheres da AARTUF

Para analisar qualitativamente as questões que esta pesquisa se propôs, é importante compreender as dinâmicas nas quais as mulheres da AARTUF se

inscrevem, as relações de trabalho e os papéis sociais que exercem, através das trajetórias de socialização² imbricadas nesse processo.

A história de organização coletiva das mulheres da Vila Ariri iniciou no ano 2000, impulsionada por lideranças comunitárias. O Clube de Mães, entidade de mobilização popular organizada pelas mulheres da comunidade, era o espaço em que as reuniões e cursos aconteciam. As entrevistadas expõem que muitas mulheres da comunidade estavam desempregadas e sofriam violência doméstica. No relato a seguir, a artesã relembra como os trabalhos na comunidade iniciaram:

“A nossa primeira ação para as mulheres aconteceu com um mutirão realizado na nossa comunidade, com ajuda de parceiros de um grupo de agentes de saúde, amigos da igreja evangélica do bairro. Foi um dia de ação social que movimentou muitas mulheres da comunidade... tivemos palestra sobre o câncer de útero e de mama, e a palestra sobre violência contra mulher. A gente se sentiu importante, nada nunca tinha sido feito para nós. Muitas mulheres que participaram dessa ação social tinham uma vida de muita violência, muitas não iam por medo dos maridos, por medo do que iam pensar delas. Algumas me procuraram pedindo orientação, elas queriam se libertar da opressão, do medo e ter direitos, né?”(Artesã Maria Ângela, entrevista realizada em 07/05/2015).

Em março de 2006, ocorreu a iniciativa para fomentar geração de renda para as moradoras da comunidade, a partir de uma capacitação sobre cooperativismo executada pela Secretária de Planejamento do Município (SEPLAN) em parceria com a ONG Moradia e Cidadania. Portanto, no dia 28 de março de 2006, de forma embrionária, as mulheres artesãs iniciaram o trabalho associado na comunidade, aprendendo e aprimorando as técnicas do trabalho com a fibra do buriti, palmeira da qual se extrai a matéria prima para confeccionar os produtos (bolsas, sandálias, sacolas, brincos, acessórios etc.).

As residências das artesãs tornaram-se local de trabalho coletivo, porém encontraram muitas dificuldades: não possuíam locais fixos para comercialização dos produtos, não tinham financiamento para compra de insumos, nem local

² Por socialização entende-se o processo de criação de identidades nos indivíduos, por meio de instrumentos de interação social que permitem a apreensão de normas e valores sociais. Nesse processo vão sendo construídos sentidos aos papéis sociais atribuídos a homens e mulheres. Processo iniciado na infância, no microcosmo familiar, e que perdura por toda a vida do sujeito (BERGER, 1985).

para armazenar as produções. A comercialização era realizada em feiras e por encomendas na vizinhança.

“No início, a gente fazia a extração da fibra aqui mesmo porque, assim, nesse tempo tinha muito buritizeiro aqui. Uma colega minha veio ensinar a gente todas as técnicas. Ensinou a fazer o tingimento, a cozinhar, a secar... foi o que eu mais aprendi. Eu queria continuar trabalhar, aí eu vi que tinha que aprender”(Artesã Maria Ângela, entrevista realizada em 07/05/2016).

Em 2010 o grupo recebeu a doação de treze máquinas industriais de costura e recurso financeiro, através do *Projeto Unidos pela Fibra*, da ONG Moradia e Cidadania, que teve duração de 18 meses. As artesãs registraram formalmente o grupo em 2011 e em 2012 inauguraram o atelier, construído através de doações.

Desde então, a AARTUF participa de várias atividades: exposições, mutirões, fóruns e projetos a nível local, regional e nacional, além do engajamento em movimentos sociais, que proporciona a estas mulheres a possibilidade de novos espaços de interação e intercâmbios para além da comunidade em que residem.

Nesse sentido, as trajetórias de socialização estão inscritas nos diversos campos e arranjos sociais, constituídas nas dinâmicas das instituições socializadoras que influenciam e fundamentam os processos de interação social.

6



Marlene Silva, 47 anos, trabalha na AARTUF há 10 anos. Divorciada, mãe de 03 filhos adultos, já trabalhou como empregada doméstica, diarista, manicure e, enquanto isso, sempre fez crochê para auxiliar na renda familiar. Não o concluiu o ensino básico e não pretende voltar a estudar. Nas palavras da artesã, ser mulher: *“é ser muito guerreira, viu? Porque a gente tem que trabalhar fora, trabalhar em casa, cuidar dos filhos. A gente é muito persistente, mesmo quando as coisas querem desmornar, a gente tem energia”* (Artesã Marlene Silva, entrevista realizada em 20/06/2016).

A artesã Maria Ângela, 43 anos, é moradora do bairro Vila Ariri e a sócia fundadora do grupo. Divorciada, mãe de 02 filhos e avó, ajuda a cuidar e criar o neto. A artesã já foi feirante, babá e cozinheira. Retomou os estudos depois de adulta, mas não concluiu. Segundo ela:

“Ser mulher pra mim é especial, é muito desafiador, é muito orgulho. Ser mulher pra mim é ser um pouco de tudo: mãe, mulher, parceira, família, comunitária. Eu sempre falo que eu sou de tudo um pouco, eu não consigo ser só uma pessoa fazendo só um papel...”(Artesã Maria Ângela, entrevista realizada em 07/05/2016).

Estela Sousa, 33 anos, casada, é mãe de 02 crianças. Antes de se tornar artesã, trabalhou como cuidadora de idosos e vendedora de lanches na rua. Segundo ela:

“Ser mulher... Eu digo assim... Eu amo o que eu sou, eu gosto de ser mulher, a gente tem as dificuldades, a gente tem. Sofre muito preconceito em certas situações, trabalho então, nem se fala, entendem? Mas ser mulher pra mim é uma dádiva no mundo, se não fosse às mulheres... Como é que eu digo, a mulher é tudo! (risos) A mulher tem condição de fazer praticamente tudo que o homem faz e o homem pode fazer as coisas que a mulher faz, sem preconceito de dizer: “ai, eu não sou mulher” (Artesã Estela Sousa, entrevista realizada em 07/05/2016).

A artesã Olinda Costa, 50 anos, casada, mãe de 04 filhos e avó de 03 netos, produz artesanatos desde criança. Trabalha na associação desde 2007 e voltou a estudar depois de tornar-se avó, concluindo o ensino médio e ingressando no curso superior modalidade à distância. Segundo ela, foi necessário aprender a organizar o tempo.

“A mulher gera uma vida, né? A mulher ela gera um ser humano. Ela tem potencial de formação, adaptação. Tem sensibilidade, aquele carinho com a família, de ver o que ela passou de dificuldade e não querer pros filhos. Tem seu valor social, sabe quais são suas necessidades, eu vi a necessidade de estudar, já tranquei 03 vezes, muitas dificuldades, mas eu tô conseguindo. Tem a formação de criar, de ter a sua geração de renda. Ela tem esse potencial. É como um jardim só verde, aí no momento que você coloca uma flor já dá um outro tom, um outro aroma, uma outra delicadeza” (Artesã Olinda Costa, entrevista realizada em 03/06/2016).

Nas informações destas mulheres, percebe-se que todas vivenciaram um processo de socialização no qual se firmam referências das atribuições do papel da mulher como “*parte da ordem natural ou divina*”, mantendo relações desiguais que deslegitimam outras possibilidades de identidade de gênero, “*alternativas negadas ou reprimidas*” que possam significar uma possível ameaça à “*fixidez*” do sistema binário “*homem*” e “*mulher*” (SCOTT, 1990, p. 28).

Nas relações de trabalho, as desigualdades, por serem naturalizadas, são reforçadas pelo princípio separatista e hierarquizante que perpassa a “*divisão do trabalho social decorrente das relações sociais entre os sexos*” (HIRATA, 2011, p. 599), sendo o sexo entendido “*não mais como um dado corporal sobre o qual o construto do gênero é artificialmente imposto, mas como uma norma cultural que governa a materialização dos corpos*” (BUTLER, 2001, p.155). Assim, de acordo com o relato da artesã nos trechos a seguir, percebe-se como as trajetórias delas estão condicionadas por

relações desiguais de gênero que reiteram o lugar da mulher ao trabalho doméstico e aos cuidados com os filhos:

“Não é fácil conciliar, você levanta e passa o café, tem almoço, tem que levar menino na escola, tem merenda, tem que ir pra feira. Aí, a mulher, geralmente, quando perguntam: “você trabalha?”, muitas respondem “não, eu sou do lar”. Algumas têm a visão de que podem ter outro trabalho, administrar seu horário de levantar e fazer as coisas mais cedo. A gente tem que saber driblar essa questão... Em questão de serviço eu já sofri violência psicológica, isso eu já sofri. Meu marido às vezes diz assim “ah, isso é besteira fazer artesanato, fica andando de um lado pra outro carregando isso”. Aí teve um tempo que eu fui ficando tímida com isso e entrei até em depressão”(Artesã Marlene Silva, entrevista realizada em 20/06/2016).

Desse modo, a percepção das mulheres pesquisadas sobre a divisão sexual do trabalho reflete a relação conflituosa entre o reconhecimento e a invisibilidade do trabalho que exercem cotidianamente, em casa e na associação. Para elas, o trabalho doméstico faz parte do *jeito de saber fazer* naturalizado como atributo feminino no processo de socialização, como uma obrigação que é destinada a elas, contudo, revelam o desejo de dividir com os outros membros da família as tarefas de cuidar da casa:

“Meu filho ele faz tudo dentro de casa, ele lava louça e roupa. Mas o que ele faz pra fazer isso? Ele fecha a porta, que é pros coleguinha não tá criticando ele. Ele fecha a porta e bota o som num volume bem alto e aí vai fazer as coisas com a porta fechada que é pra ninguém ver, porque os menino na rua criticam mesmo”(Artesã Estela Sousa, entrevista realizada em 07/05/2016).

Para todas as entrevistadas, as atividades domésticas são consideradas um *trabalho* sem reconhecimento, pois é desvalorizado por não ser remunerado. A jornada de trabalho é ampla, muitas não conseguem medir o tempo de trabalho realizado. Cabe ressaltar que as entrevistadas não destacaram como atividades diárias o cuidado com a saúde, a beleza ou lazer pessoais, estas estão em segundo plano. Para sobreviver e manter a família, elas contam umas com as outras, através dos laços de proximidade que as unem, por compreenderem os esforços comuns que justificam suas ações, *“pensando na comunidade em geral, na união da família, no bem-estar da família”* (Artesã Maria Ângela, entrevista realizada em 07/05/2016).

O trabalho artesanal com a fibra do buriti

A organização da produção artesanal para essas mulheres possibilitou, por um lado, a geração de renda e satisfação de necessidades materiais e, por outro lado, a criação de novos vínculos sociais. Na sociedade contemporânea, o artesanato se configura como uma atividade “*produtiva de valor social, cultural econômico exercida de forma informal por grupos espalhados por todo o Brasil e pela América Latina, grupos marcados por relações de família e de vizinhança*” (KELLER, 2014, p. 326).

Em relação ao trabalho com artesanato, os dados coletados permitem observar a diversidade de motivações que as impulsionaram ao trabalho coletivo: possibilidade de geração de renda, ter uma ocupação para além da esfera doméstica ou como uma terapia:

“A gente tava passando por umas dificuldades lá em casa, tanto financeira como, assim, pessoal mesmo, eu e meu marido... então, eu entrei em depressão, tentei me matar. Eu é... fiquei numa situação meio crítica mesmo e, aí, a minha cunhada me convidou pra mim espairar um pouco, mudar. E aí, eu comecei a participar mais por causa disso. Eu não tinha interesse, na época, nenhum em artesanato, costura, nem nada. Foi assim, na época, como se diz... eu entrei mais como uma terapia”(Artesã Estela Sousa, 07/05/2016).

“Olha, eu vejo o artesanato não só pra mim, mas como um todo, pra todas as mulheres, uma geração de renda. (...) O artesão individual fica na rivalidade. Trabalhar em grupo é mais rápido, você rende no trabalho e não fica sobrecarregado. Eu fui tendo essa necessidade. Individual eu passava por problemas em casa, sem apoio, mas foi quando eu conheci a Associação, aí ia nas reuniões e ia saindo de casa, aí fui vendo que tinha esse outro potencial com relação a geração de renda. E eu consegui sobressair de novo, mas não é fácil, né?” (Artesã Olíndia Costa, entrevista realizada em 03/06/2016).

“Eu na minha comunidade olhava as mulheres sentadas na calçada, porque era só os maridos que trabalham fora e elas sempre muito necessitadas. Tinha uma que tinha um marido usuário de drogas, eles tinham duas crianças. Ela fazia crochê, mas nem sempre tinha dinheiro pra comprar o material pra manter a produção. Então, vendo essas situações, a gente resolveu agir. Daí veio nossa motivação, trabalhar em grupo pra se ajudar”(Artesã Marlene Silva, entrevista realizada em 20/06/2016).

Segundo relatos, o trabalho na AARTUF é prazeroso por possibilitar a geração de renda dentro das limitações de cada mulher “*e ao mesmo tempo, poder acompanhar os filhos e fazer a sua tarefa doméstica*” (Artesã Maria Ângela, informação verbal). Assim, “*essa combinação é um resultado das construções sociais de gênero, que associam a*

feminidade à doação de si, e da atribuição prioritária de mulheres a essas atividades” (HILLENKAMP et. al., 2014, p. 12).

Assim, o trabalho associado e solidário, ao considerar as dimensões de gênero que perpassam as relações econômicas, pode ser uma alternativa da valorização de novas perspectivas do papel social da mulher e do reconhecimento das atividades produtivas e reprodutivas que desempenham através da retomada da positividade do trabalho, sobretudo como gerador de práticas de reciprocidade e laços de sociabilidade:

A economia solidária, na prática, não é fácil... mas é bom. A participação e o intercâmbio com outros artesãos, em outros estados, é uma experiência muito boa. Eu conheci outros projetos, eu conheci outras histórias, participei de plenárias, já fui pra outros Estados. É uma aprendizagem pra gente, a gente cresce com a gente mesmo, depende da gente, das nossas práticas. A prática solidária é ótima pra nós (Artesã Marlene Silva, entrevista realizada em 20/06/2016).

A gente se organiza de modo coletivo, as decisões são tomadas coletivamente. A coordenadora não toma decisão sozinha, todas no grupo têm o mesmo valor e por isso as decisões são de acordo com as demandas. Quando o grupo todo não está presente se marca uma nova reunião para se decidir e tomar decisões (Artesã Maria Ângela, entrevista realizada em 07/05/2016).

A Associação compra a matéria-prima e os materiais necessários, a partir daí o grupo utiliza esses materiais para produção, sendo que cada membro produz um número de peças. Quando as peças são vendidas, é retirada uma porcentagem para a pessoa e uma porcentagem para a Associação e outra porcentagem para a compra de materiais para continuar a produção (Artesã Olínda Costa, entrevista realizada em 03/06/2016).

As mulheres entrevistadas relataram que deixaram de “ficar só em casa”, conseguiram elaborar uma identidade profissional, identificando-se como artesãs profissionais. Os laços de solidariedade estabelecidos a partir do trabalho associado e ajuda mútua, contribuem para solucionar as demandas da associação e também os problemas domésticos e extra domésticos que ocorrem no dia a dia.

Nesse aspecto, a autovalorização e autonomia não se resumem aos aspectos materiais, de superação de um estado de dependência financeira, mas também na redefinição de suas práticas e papéis sociais. Assim, essas relações de trabalho, embora não garantam grandes rendimentos econômicos, possibilitam experiências de empoderamento, entendidas “como processos coletivos de

questionamento das relações desiguais de poder e como a construção de práticas políticas e de espaços econômicos de defesa de direitos” (HILLENKAMP et al., 2014, p. 8).

“Eu vejo minha realidade hoje de uma forma satisfatória porque eu me realizei enquanto pessoa. Tem as dificuldades financeiras, mas eu sou realizada e me sinto feliz (...). Se eu arranjasse um emprego de carteira assinada hoje, não largaria o que faço. Hoje já tomei minha decisão, eu vi que eu, de uma forma autônoma, posso fazer o papel que eu sempre gostei de fazer, desenvolver tudo de uma forma que eu posso conciliar as coisas melhor (...). O trabalho com artesanato é importante para transformação da vida de nós, mulheres. A gente acredita que podemos ser protagonistas das nossas próprias vidas através da solidariedade, do trabalho que tem o nosso jeito, a nossa cara. Sempre fui apaixonada pelo artesanato, tive uma vida sofrida junto a um homem machista, me divorciei. Minha força eu busquei junto às companheiras da associação, a AARTUF se tornou meu segundo lar”.(Artesã Maria Ângela, entrevista realizada em 07/05/2016).

Atualmente, a associação é composta por 10 mulheres, sendo 08 artesãs associadas ativas na produção e comercialização. As associadas identificam como missão do grupo a contribuição para a melhoria da qualidade de vida das artesãs e da comunidade, através da formação e qualificação para a geração de trabalho e renda de maneira justa e solidária, possibilitando fortalecimento e desenvolvimento do potencial das comunidades. As artesãs relataram que planejam aprimorar o trabalho da associação e desenvolver ações abrangentes que contribuam de maneira mais significativa para a melhoria da qualidade de vida das mulheres, sonham em construir uma creche e um espaço socioeducativo para as crianças e adolescentes, filhas e filhos da comunidade, na sede da AARTUF.

Trabalho e gênero: sentidos e cenários das relações sociais de gênero no mercado de trabalho brasileiro contemporâneo

No processo de construção e transformação da realidade social, o trabalho se configura como elemento importante e condição de sobrevivência humana, pois, através da ação transformadora exercida sobre a natureza e o mundo social é que se concretizam os processos materiais e simbólicos que integram e fortalecem a vida em sociedade e que permitem observar o dinamismo da historicidade das sociedades humanas.

O trabalho é atividade que visa satisfazer necessidades e garantir a sobrevivência e reprodução da organização social, é, portanto, um elemento orientador de

diversas relações da vida humana. Quando o ser humano movimentava as forças do corpo “*a fim de apropriar-se dos recursos da natureza, imprimindo-lhes forma útil à vida humana*” (MARX, 1975, p. 202), o trabalho se caracteriza não apenas como um modo de sobreviver economicamente, mas também por possuir dimensão social, simbólica, ideológica, política. Porém, se por um lado o trabalho é elemento fundamental para organização da vida humana, por outro, a sociedade capitalista tenta reduzi-lo ao caráter mercadológico, assalariado, minimizando seu valor criativo:

“O que deveria ser fonte de humanidade se converte em desrealização do ser social, alienação e estranhamento dos homens e mulheres que trabalham. E esse processo de alienação do trabalho não se efetiva apenas na perda do objeto, no produto do trabalho, mas também no próprio ato de produção, que é resultado da atividade produtiva já alienada. (...). Significa dizer que sob o capitalismo, o trabalhador frequentemente não se satisfaz no trabalho, mas se degrada: não se reconhece, mas muitas vezes recusa e se desumaniza no trabalho” (ANTUNES, 2002, p. 09).

Para Marx (1975), a divisão social do trabalho presente na produção capitalista se caracteriza por transformar o trabalho concreto em trabalho abstrato, quando separa a criação da prática e da execução. Nesse contexto, nas relações modernas de produção passou a existir, portanto, um processo de diferenciação e estratificação que se estrutura em relações de classes antagônicas: aqueles que vendem sua força de trabalho e aqueles que detêm os meios de produção.

Com o desenvolvimento do sistema produtivo industrial, a divisão do trabalho foi intensificada, tendo apoio em princípios técnico-científicos e diretrizes que visavam organizar o espaço produtivo. Assim, no século XX, essas mudanças introduzidas influenciaram a produção de sistemas chamados taylorismo e fordismo, marcantes até a década de 1970, que impactaram a forma de organizar as técnicas de produção industriais, aumentando a mecanização, a produtividade e a lucratividade. Os empregos passaram a ser determinados por uma gerência e pelas máquinas e os empregados “*monitorados continuamente através de vários sistemas de vigilância*” (GIDDENS, 2005, p. 313).

Nesse aspecto, as diversas metamorfoses nas formas de organização do trabalho, resultam da junção de diversos fatores: desenvolvimento tecnológico, globalização da economia e o ideal neoliberal nos países ocidentais. Essas transformações revolucionaram tanto por possibilitarem a instantaneidade da interligação de informações, a remoção das barreiras territoriais e a crescente expansão do capital financeiro mundial, como pelas repercussões e consequências imediatas que trouxeram: desemprego, privatizações, diminuição

dos serviços públicos. Portanto, não se configurando como um fenômeno meramente econômico, mas de caráter político, tecnológico e cultural (GIDDENS, 2007, p. 21).

Assim, foi colocado em curso o processo de reestruturação do capitalismo, a partir da década de 1970, caracterizado pela globalização econômica e financeira, que, segundo Helena Hirata (2011, p.14), desenvolve-se no “*contexto de circulação acelerada do capital financeiro em âmbito mundial*”. O desenvolvimento de setores ligados à informática e a processos computadorizados, a tecnologia da informação, sobretudo por países emergentes (China, Coréia, Brasil, Índia) a partir da década de 1990, possibilitou o desenvolvimento de novas formas de trabalho e setores de empregos “atípicos” como, por exemplo, telemarketing, call centers, care, por vezes temporários, de meio turno, com baixos salários e menos direitos trabalhistas (HIRATA, 2011, p. 14).

Essa nova configuração do trabalho também agravou instabilidades e inseguranças que afetam a forma de viver e ser da classe trabalhadora³, não só no âmbito material, mas subjetivo das relações (ANTUNES, 1999, p. 210). Consequentemente, o trabalho, enquanto força de reprodução social e dos indivíduos, caracteriza-se, na sociedade contemporânea, como uma ação desumanizadora, voltada para o mercado. Assim, as relações de produção do trabalho social tornaram-se forças de produção do capital, mercadorias, não mais com valor de uso, mas como valor de troca.

Por consequência, o trabalho é introduzido numa dimensão abstrata (MARX, 1975) em que a inserção de maquinários e novas tecnologias substituem a força de trabalho humana concreta, gerando precarização nas relações de trabalho, ou seja, a incorporação e valorização do trabalho morto e imaterial. Assim:

“(...) de um lado tem-se o caráter útil do trabalho, relação de intercâmbio entre os homens e a natureza, condição para produção de coisas socialmente úteis e necessárias. É o momento em que se efetiva o trabalho concreto, o trabalho em sua dimensão qualitativa. Deixando de lado o caráter útil do trabalho, sua dimensão concreta,

³ A classe trabalhadora, ou a “*classe que vive do trabalho*”, segundo Ricardo Antunes (1999), inclui os trabalhadores produtivos e improdutivos, “*a totalidade dos assalariados que vivem da venda de sua força de trabalho*” (p. 103), os que participam diretamente do processo de valorização do capital e os indiretamente subordinados ao capital, que vivem na economia informal, sem carteira assinada, trabalhando por conta própria, os desempregados (p. 102-103).

resta-lhe apenas ser dispêndio de força humana produtiva, física ou intelectual, socialmente determinada” (ANTUNES, 1999, p. 96).

Nesse sentido, as diversas metamorfoses ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo intensificaram as desigualdades sociais, econômicas e de poder entre países ricos e pobres, entre classes sociais, entre gêneros, entre raças e etnias, em que o trabalho passa a ser subordinado pela estrutura hierárquica do capital, submetendo a organização das relações sociais à forma de mercado. Desse modo, é importante discutir a historicidade dessas relações e como se organizam e configuram na sociedade contemporânea sob a forma capitalista.

Condições sociais de gênero no mercado de trabalho

Na sociedade capitalista contemporânea, o perfil histórico de desigualdades é intensificado de modo seletivo, ou seja, está relacionado a fatores atrelados à situação de segmentos da população que estão mais propensos a situação de instabilidade social (mulheres, jovens, idosos, migrantes) e são excluídos, ligado a tensões provocadas pela posição que ocupam na estrutura social, historicamente construída. Para compreender a natureza dessas desigualdades, segundo Hirata e Kergoat (2007), é preciso resgatar como são construídas historicamente as relações sociais, como são definidos os princípios separatistas e hierárquicos, como se legitimam socialmente através da ideologia naturalista do destino humano. Para tanto, é necessário entender como atribuições de papéis sociais constroem hierarquias na dinâmica social.

As estruturas históricas das práticas diferenciadoras da vida social são construídas e reproduzidas a partir de uma ordem social que dá significado às posturas esperadas dos corpos em um sistema de oposições correspondentes entre masculino e feminino através do processo de socialização que impõe, segundo as referências culturais, discursos que padronizam e estabelecem valores e *verdades*. Segundo Foucault (2008) a “*vontade de verdade*” é criada e sustentada por um sistema de instituições que impõe a separação entre o discurso falso e o discurso verdadeiro, assim:

“o tipo de separação que rege nossa vontade de saber, então é talvez algo como um sistema de exclusão (sistema histórico, institucionalmente constrangedor) que vemos desenhar-se” (FOUCAULT, 2008, p. 14).

Assim, faz-se necessário pensar os usos descritivos de gênero, que estão para além da relação homem x mulher, ligados mais aos significados culturais dados

às diferentes definições do que é masculino ou feminino, às formas de saber e as relações de dominação, que geram relações hierárquicas.

Para Scott (1990, p.21), gênero se define como um componente característico de “relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos. É uma forma primeira de significar as relações de poder”. As relações sociais entre as pessoas, construídas e estabelecidas nos mais diversos espaços de sociabilidade, ocorrem historicamente e são pautadas em representações, regras e práticas aprendidas culturalmente e baseiam-se na diferenciação entre os sexos que implicam em representações simbólicas; conceitos normativos que interpretam os sentidos dessas simbologias e limitam, reprimem outras possibilidades e posicionamentos alternativos. A representação binária do sexo é escrita com base nesses conceitos normativos e são estes que determinam como recursos materiais e simbólicos podem ser construídos, acessados ou controlados. Assim:

“Essas interpretações estão baseadas na ideia de que as linguagens conceituais empregam a diferenciação para estabelecer o sentido e que a diferença sexual é a forma principal de significar a diferenciação (...). O gênero torna-se implicado na concepção e na construção do poder em si” (SCOTT, 1990, p. 23).

Para a autora, o gênero é constituído a partir da junção de elementos como cultura, política e identidade subjetiva, interligados entre si no meio social através da interação humana. Logo, existe a diferença entre os corpos sexuados, mas o que deve ser observado são os sentidos e discursos que são construídos sobre essas diferenças que produzem hierarquias.

Assim, historicamente, nota-se como as relações entre masculino e feminino, vistas como algo natural, estruturam, legitimam, fixam relações de poder político que, reciprocamente, também constroem relações de gênero. Portanto:

“o conceito de gênero é uma categoria de análise de grande poder para explicar as desigualdades entre as pessoas. Não obstante, é apenas parte de uma construção social complexa de identidade, hierarquia e diferença” (SOARES, 2004, apud GOHN, 2007, p. 50).

A construção da categoria gênero surgiu também como tentativa de militâncias feministas delimitarem um campo de definição de suas lutas e abriu caminho para construção de um novo campo de estudos, pois passou a dar visibilidade a problemas históricos marcados por relações de poder e dominação entre os sexos que ultrapassam o âmbito privado/doméstico e abrangem diversas esferas da vida social: políticas e econômicas, de classe, raça/etnia. Segundo Gohn (2007, p.46):

“A luta das mulheres para constituírem-se como sujeitos históricos data de vários séculos (...), mas foi com o feminismo que elas geraram uma visibilidade, de um coletivo. O feminismo no mundo ocidental tem sido classificado em três grandes ondas ou fases. A primeira corresponde à luta pelo reconhecimento legal da igualdade de direitos - voto, trabalho etc. nos séculos XVIII e XIX e início do XX. A segunda onda corresponde às lutas desenvolvidas pelas feministas entre 1960 e 1980, quando a preocupação com a igualdade se estendeu das leis e dos costumes, focalizando temas como sexualidade, violência, mercado de trabalho etc. (...). A última fase as mulheres falam em nome de uma libertação da sexualidade e não somente de sua sexualidade”.

Assim, a desconstrução dessa polaridade abre espaço para as diversas possibilidades de masculinidades e feminilidades, de sujeitos múltiplos. Para Butler (2001), as identidades de gênero são construções performativas, em que o gênero é construído a partir da reprodução de gestos e atos corporificados socialmente pelos sujeitos. E essas diferenças sexuais são atribuídas aos corpos através de discursos normatizados que reproduzem estereótipos, diferenças e desigualdades. Logo:

“A performatividade deve ser compreendida não como um “ato” singular ou deliberado, mas, ao invés de disso, como a prática reiterativa e citacional pela qual o discurso produz os efeitos que ele nomeia (...). As normas regulatórias do “sexo” trabalham de uma forma performativa para constituir a materialidade dos corpos e, mais especificamente, para materializar o sexo do corpo, para materializar a diferença sexual” (BUTLER, 2001, p. 154).

Foucault (2008) mostra que os discursos produzidos e reproduzidos socialmente não são neutros, estão permeados de poderes e perigos, e que há uma construção histórica de mecanismos e procedimentos, internos e externos, que controlam, selecionam e organizam os mesmos, através das instituições sociais.

O gênero é constituído através da repetição das normas e práticas estabelecidas e aprendidas no convívio social, reguladas pelo processo discursivo histórico e político. Dessa maneira, as relações de gênero, marcadas por relações de poder e hierarquias, refletem-se nas relações e nos espaços de socialização entre os sujeitos, baseadas em relações de poder que determinam as práticas cotidianas da sociedade nas diversas esferas da vida, inclusive material, através da divisão sexual do trabalho.

As mulheres no mercado de trabalho brasileiro

No contexto de transformações do mundo de trabalho, por fatores como reestruturação produtiva, globalização e neoliberalismo, houve um aumento do desemprego, precarização do trabalho, informalidade, terceirização. No Brasil, dentre estes fenômenos, destaca-se o processo de inserção das mulheres no mercado de trabalho, sobretudo a partir da década de 1970, que resultou não apenas por necessidades econômicas e oportunidades no mercado de trabalho, “*mas também, em grande parte, das transformações demográficas, culturais e sociais*” (BRUSCHINE, 2000, p.16), relacionadas às novas configurações familiares (mães solteiras, mães chefes de família), ao menor índice de filhos, ao acesso e expansão da escolaridade, por exemplo.

Embora as mulheres tenham tido um incremento em sua participação no mercado de trabalho, esse acesso veio acompanhado de desigualdades, pois, segundo Helena Hirata (2011, p.15), “*a precarização do trabalho tem consequências diferenciadas para homens e mulheres*”. A divisão sexual do trabalho está na base dessas desigualdades, pois “*tem como características a designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções com maior valor social adicionado*” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p.599). Portanto, a divisão sexual do trabalho:

“*(...) tem dois princípios organizadores: o princípio de separação (existem trabalhos de homens e trabalhos de mulheres) e o princípio hierárquico (um trabalho de homem “vale” mais que um trabalho de mulher)*” (HIRATA & KERGOAT, 2007, p. 599).

Nesse processo de divisão sexual do trabalho, são enfatizados, no discurso, atributos considerados *típicamente femininos*, destacando-se o cuidado, sensibilidade e delicadeza, como algo característico de atividades predominantemente exercidas por mulheres, como domésticas, costureiras, artesãs e professoras de educação infantil⁴, por exemplo.

⁴ Segundo dados do IPEA (2016), entre 2004 e 2014, o trabalho doméstico continuou sendo uma das principais ocupações das mulheres, 14% ou 5,9 milhões, sendo as mulheres negras (17,7%) maioria entre as trabalhadoras domésticas. Em 2012, segundo dados do Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2013), havia mais de 2 milhões de docentes atuantes na educação básica e, desse total, aproximadamente 1,6 milhões eram mulheres, ou seja, a cada 5 docentes 4 eram mulheres. Na educação infantil a predominância de docentes mulheres era inquestionável, cerca de 429,8 mil

Isso pode ser observado em pesquisas recentes realizadas no Brasil: segundo estudo do IPEA (Instituto de Pesquisas e Estatísticas Aplicadas) divulgado em março de 2016, análises dos dados do IBGE de 2004 a 2014 revelam que homens (brancos e negros) tinham presença de 80% no mercado de trabalho e as mulheres não chegavam a 60%, ou seja, de cada 10 mulheres, 04 não conseguiam adentrar no mercado de trabalho, mantendo um perfil histórico de desigualdades:

“A melhoria das condições de inserção no mundo do trabalho nos últimos anos não alterou, portanto, a estrutura da divisão racial e sexual do trabalho, motivo pelo qual uma conjuntura econômica desfavorável tende a ser ainda mais regressiva, sobretudo para as mulheres negras, inseridas majoritariamente em relações instáveis e desprotegidas de trabalho” (IPEA, 2016, p.11).

Entender a natureza sociocultural histórica dessa oposição e desigualdade, que não se limita somente as diferenças sexuais, visto que o sexo é uma construção idealizada forçosamente materializada através do tempo, moldada por aparatos, práticas e condições históricas que normatizam, instituem comportamentos e identidades, a partir de uma ideologia dominante e hegemônica. Fatores como a etnicidade e a formação cultural, por exemplo, também influenciam na construção e reprodução de desigualdades, pois *“as desigualdades de poder estão organizadas segundo, no mínimo, estes três eixos”* de intersecção de gênero, raça, classe (SCOTT, 1990, p.04).

“Em regra, as mulheres permanecem em trabalhos precários e vulneráveis, em setores já tradicionalmente por elas ocupados. Recebem os piores salários e possuem jornadas extensas e incalculáveis de trabalho, produto da acumulação do trabalho remunerado com os serviços de cuidados. Este é o pano de fundo a partir do qual vem ocorrendo à incorporação das mulheres, motivo pelo qual as conquistas do período recente precisam ser analisadas com rigoroso olhar crítico” (IPEA, 2016, p. 09).

Nesse aspecto, alguns dados revelam que 39,1% das mulheres negras ocupadas estão inseridas em relações inseguras de trabalho, seguidas pelos homens negros (31,6%), mulheres brancas (27,0%) e homens brancos (20,6%) (IPEA, 2016, p 12). As mulheres estão mais suscetíveis ao desemprego, sobretudo as mulheres negras (10,2%), em relação aos homens. Desse modo, é possível deduzir que o

(apenas 13,5 mil homens). Os dados revelam que há um processo de hierarquia na docência brasileira, as mulheres são maioria na educação infantil, cargo tipicamente “feminino”, enquanto os homens são maioria dos docentes no ensino médio e superior, com mais chances de progressão na carreira e nos salários.

processo de precarização do trabalho feminino está estruturado na opressão de gênero, raça e classe.

Para Scott (1990), são os processos políticos, em que diversos atores atuam para conseguir o controle, que determinam quem ganha. E a natureza desses processos precisa ser contextualizada no tempo e no espaço. Escrever essas histórias requer reconhecer o homem e a mulher como “*categorias vazias e transbordantes*” ao mesmo tempo, pois não possuem um significado fixo, universal, generalizante. São transbordantes porque são subjetivas mesmo “*quando parecem fixadas, elas contêm ainda dentro delas definições alternativas negadas ou reprimidas*” (p.28). Assim, o gênero embora historicamente construído em “*um terreno que parece fixado*” tem sentido flutuante. Portanto:

“o gênero tem que ser redefinido e reestruturado em conjunto com a visão de igualdade política e social que inclui não só o sexo, mas também a classe e a raça” (SCOTT, 1990, p. 29).

Trabalho associado e economia solidária: limites e possibilidades

Na análise das diversas mudanças ocorridas no mundo do trabalho contemporâneo, com a flexibilização dos processos de produção e relações de trabalho, observa-se o aumento da precarização do trabalho através da elevação das taxas de desempregos e informalidade. Desse modo, a classe trabalhadora atual possui dimensões heterogêneas e transversais, composta por segmentos distintos, “*mulheres e terceirizados e ou precarizados (e ainda mais frequentemente por mulheres terceirizadas), que são parte constitutiva central*” do mundo do trabalho (ANTUNES, 1999, p. 107-8), categorias sociais “*que estiveram até agora em situação de exclusão socioeconômica e inferioridade na escala de prestígio social*” (GOHN, 2007, p. 45).

Nessa conjuntura, uma tendência que caracteriza o mundo do trabalho e que se desenvolve a margem do mercado, composto por instituições privadas, associações e ONGs, é o terceiro setor que, segundo Antunes (1999):

“É consequência da crise estrutural do capital, da sua lógica destrutiva vigente, bem como dos mecanismos utilizados pela reestruturação produtiva do capital visando reduzir trabalho vivo e ampliar trabalho morto (...). Nesse sentido, em nosso entendimento o terceiro setor não é uma alternativa efetiva e duradoura ao mercado de trabalho capitalista, mas cumpre um papel de funcionalidade ao incorporar parcelas de trabalhadores desempregados pelo capital” (ANTUNES, 1999, p. 112-3).

Dentro do terceiro setor, segundo Antunes (1999), surgem diversas atividades que inserem a população economicamente ativa através da geração de postos de trabalho, destacando-se aí atividades que atuam à margem da lógica mercantil caracterizadas como economia solidária. Para Laville e Gaiger (2009, p.162), a economia solidária é um conceito utilizado em vários continentes e compreende ações que se baseiam no conceito de solidariedade *“em contraste com o individualismo utilitarista que caracteriza o comportamento econômico predominante nas sociedades de mercado”*, representando um conjunto de atividades e experiências diversificadas de trabalho, realizadas coletivamente na produção, consumo e crédito, de forma autogestionária.

Também conhecida por outros termos, tais como: economia popular solidária, economia plural, economia do trabalho, novo cooperativismo, empresas autogestionárias, entre outros, abrange grupos de trabalho em que a autogestão é a principal característica. A autogestão, segundo Daniel Mothé (2009, p.26), *“é um projeto de organização democrática que privilegia a democracia direta”* e visa organizar a produção, as decisões e as relações de trabalho de modo coletivo e se afirmar como um modo de agir comunitário.

Essas experiências se materializam a partir dos empreendimentos econômicos solidários (EES), que são grupos de trabalho organizados coletivamente através da cooperação entre os membros. Ricardo Antunes (1999) afirma que essas iniciativas servem como:

“Um mecanismo de incorporação de homens e mulheres que foram expulsos do mercado de trabalho e das relações de emprego assalariado e passaram a desenvolver atividades não lucrativas, não mercantis, reinvestindo nas limitadas (mas necessárias) formas de sociabilidade que o trabalho possibilita na sociedade atual. Esses seres sociais veem-se, então, não como desempregados, excluídos, mas como realizando atividades efetivas, dotadas de algum sentido social” (ANTUNES, 1999, p. 113).

A origem histórica da economia solidária relembra a história associativa dos trabalhadores do século XIX. E entre outros antecedentes tem o chamado cooperativismo operário, revolucionário, idealizado pelos socialistas utópicos (Owen, Fourier, Saint-Simon), que apostavam na organização associativista/cooperativista das relações de trabalho, na apropriação coletiva dos meios de produção e dos produtos do trabalho e as cooperativas de consumo, cuja Sociedade dos Pioneiros Equitativos de Rochdale, de 1844, é o principal exemplo, as cooperativas de crédito, o movimento das comunas entre os outros (SINGER, 2005). Para esse autor, a produção coletiva fortalece as relações entre os trabalhadores, e o trabalho pautado na solidariedade seria uma

alternativa possível de superação do modo de produção capitalista, não admitindo que possa haver uma dinâmica de acumulação de capital dentro desses empreendimentos. Para Singer (2002, p.10):

“A economia solidária é outro modo de produção, cujos princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital e o direito à liberdade individual. A aplicação desses princípios une todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica. O resultado natural é a solidariedade e a igualdade, cuja reprodução, no entanto, exige mecanismos estatais de redistribuição solidária de renda”.

Por outro lado, Jacob Lima (2004) aponta que o que diferencia os tipos de cooperativas é a forma como aderem e organizam o trabalho coletivo, a posse coletiva e a gestão democrática frente aos desafios do mercado competitivo. Assim, segundo Jacob Lima (2004), o cooperativismo de trabalho e produção é visto sob duas perspectivas, como *“alternativa ao desemprego e autonomia do trabalhador, por um lado, e como trabalho participativo e flexível, por outro”* (LIMA, 2004, p.06). A constante competitividade do mercado, presente na segunda perspectiva, enfraqueceria os ideais de solidariedade e cooperação contidos na primeira.

Partindo de um ponto de vista diferente, Gaiger (2009, p.181) aponta que os empreendimentos, sob a forma de associações, cooperativas e grupos de produção autogestionários, *“combinando suas atividades econômicas com ações de cunhos educativo e cultural, valorizam, assim, o sentido da comunidade de trabalho”* e o compromisso com a coletividade na qual se insiram. Essas iniciativas, segundo o autor, se caracterizam não só pela possibilidade de geração de renda, mas por seu *“caráter multifuncional”* por possibilitarem espaços de participação mais amplos no âmbito de reivindicação por direitos políticos, social e econômico, permitindo aos trabalhadores/as o encontro com o sentido da atividade que exercem, da autogestão não só na esfera da produção, mas da organização da vida social.

Segundo dados adquiridos através do mapeamento da economia solidária no Brasil (IPEA, 2016), foram registrados 19.708 Empreendimentos Econômicos Solidários (EES) no Atlas Digital dos dados do Sistema de Informações em Economia Solidária (SIES), **presentes em todas as regiões do país, sendo que 40,8% dos empreendimentos concentram-se na região nordeste.** Cerca de 60% dos empreendimentos se organizam sob a forma de associações, 30,5% são informais e 8,8% formalizados em cooperativas. As

categorias de trabalho predominantes são de agricultores familiares (55%) e artesãos (18%).

De acordo com os dados mapeados, a maioria dos empreendimentos atua na área rural (54,8%), no Nordeste essa média é de 72%. Outro indicador importante refere-se à distribuição por gênero que revela o predomínio de homens (56,4%) em relação às mulheres (43,6%), mas nos grupos informais a maioria são mulheres (63,2%).

Neste aspecto, considerando que grande número dos empreendimentos mapeados se encontra no meio rural, é importante destacar a necessidade de se fazer uma análise qualitativa dos dados mapeados, para perceber se não há distorções nos indicadores referentes à quantidade de mulheres nos empreendimentos, visto que estas, muitas vezes, são invisibilizadas e o trabalho na esfera doméstica considerado como inatividade econômica.

Desse modo, as construções sociais de gênero, raça e classe, que hierarquizam as relações de poder entre homens e mulheres e entre as mulheres, expressam-se em desigualdades através da divisão sexual do trabalho, nas atribuições do que é masculino e feminino, limitando a atuação e organização dessas mulheres. Porém:

“Para lidar com essas condicionalidades, elas implementam lógicas econômicas, de princípios e valores com uma perspectiva de gênero. Suas atividades levam em consideração o cuidado com os outros, os vínculos sociais, a interdependência e a sustentabilidade. Essas atividades se desenvolvem muitas vezes na intersecção entre o domínio produtivo e o reprodutivo. As mulheres que realizam essas atividades se organizam geralmente em grupos ou tecendo redes nos seus territórios de vida” (HILLENKAMP et al., 2014, p. 11).

Nesse contexto se encontram as mulheres da AARTUF, atuantes desde março de 2006, iniciaram o trabalho associado na comunidade, aprendendo e aprimorando as técnicas do trabalho com a fibra do buriti.

Considerações finais

Ao analisar os relatos das entrevistas, os resultados da pesquisa apontam que as mulheres da AARTUF estão inseridas em um contexto de precarização: todas se declararam negras, chefes de família e com renda familiar inferior a 02 salários mínimos mensal. As artesãs afirmam que os trabalhos domésticos e cuidados dos filhos são responsabilidades delegadas somente a elas no contexto familiar e

relataram ter sido vítimas de algum tipo de violência doméstica pelos maridos e/ou namorados.

Nesse sentido, as experiências das artesãs representam falas contemporâneas de uma sociedade que reproduz desigualdades sociais, que classifica os sujeitos através de atributos socialmente construídos no discurso institucionalizado. O uso da categoria gênero torna-se conveniente para análise das relações que se fazem presentes na dinâmica da vida social, por contribuir no processo de significação das relações de poder (SCOTT, 1990) presentes também na esfera material da vida social através da divisão sexual das relações de trabalho.

O processo de construção do trabalho coletivo associado tornou-se uma alternativa de organização de formas de trabalho gerador não só de mercadorias, mas de novas formas de participação e vínculos sociais. Através do trabalho associado, entendido como uma ação impulsionada pelo compromisso com a coletividade (GAIGER, 2009), as mulheres relatam que conseguiram se sentir mais valorizadas e amparadas. A AARTUF é vista não só como um espaço para geração de renda, mas como lugar de partilha, reciprocidade e terapia.

As artesãs investigadas se reconhecem como um grupo de economia solidária, pois praticam a autogestão nas dinâmicas de organização da AARTUF. Nos relatos, declararam que o trabalho coletivo foi um diferencial positivo em suas vidas, por representar uma autonomia tanto financeira, as tirando de situação de subordinação e dependência dos maridos e/ou namorados, quanto no aspecto de valorização dos trabalhos, elevação da estima e satisfação pessoal em gerir um trabalho grupal. Dessa forma, o sucesso da iniciativa no trabalho associado e solidário está inscrito não somente no aspecto econômico, mas também relacionado a aspectos qualitativos proporcionados a essas mulheres: elevação da estima, adaptação e flexibilidade da jornada de trabalho de acordo com as necessidades das artesãs, maior participação na vida comunitária e formação política por meio dos encontros, fóruns, feiras e eventos.

No que tange o exercício da autogestão, aspecto central e característico das práticas de economia solidária, a AARTUF desenvolve mecanismos internos de participação coletiva nas tomadas de decisões e organização do grupo, porém torna-se um desafio a assimilação dessa responsabilidade coletiva da gestão por todas as integrantes. As artesãs buscam desenvolver estratégias através de reuniões e assembleias, pelo menos a cada trimestre, a fim de não concentrar o poder decisório nas mãos apenas de algumas associadas.

As experiências vivenciadas na AARTUF também representam a possibilidade de criação de sociabilidades, através de intercâmbios com outros grupos de

artesãs, de participações em eventos e capacitações, de encorajamento para superação de condições de violência na esfera doméstica, tanto físicas como psicológicas.

A importância do trabalho artesanal com a fibra do buriti, no cotidiano dessas artesãs, está para além da dimensão econômica, visto que também representa e possui um valor social, cultural, ecológico e simbólico agregado.

No que diz respeito à capacidade de comercializar os produtos, as artesãs dependem de encomendas, em alguns momentos falta capital de giro, possuem dificuldade no transporte das mercadorias, atuam na concorrência direta com atravessadores e produtos importados, o acesso a crédito ou financiamentos também é difícil.

Nessas situações a autogestão ou a propriedade dos meios de produção não significam muito, pois elas são impulsionadas a preferir a estabilidade do trabalho assalariado, ainda que muitas nunca tenham experimentado essa relação de trabalho, um emprego de carteira assinada, pois o baixo rendimento mensal, inferior a um salário, as mantém em situação de insegurança.

A busca por melhores garantias de rendimento e direitos trabalhistas foi apontada como uma das principais causas de afastamento de algumas artesãs da AARTUF ao longo dos anos.

Mesmo com os diversos avanços, essas mulheres, negras e pobres, ainda se encontram em posição marginalizada e instável na escala de prestígio social. Apesar das experiências positivas vivenciadas pelas artesãs, através do trabalho organizado na associação e do apoio das agências de fomento, a vida cotidiana ainda é marcada pela precariedade.

Dessa forma, o trabalho associado e solidário, contribui, ainda se não para uma efetiva redução de desigualdades, para uma possibilidade em construção, sobretudo para as mulheres mais pobres, de novos laços de reciprocidade e autovalorização.

Esta pesquisa permitiu observar também que a estrutura normativa, reproduzida nos discursos criados e legitimados pelas instituições sociais e seus agentes, baseada na estrutura anátomo-biológica, regula os modos de viver e as experiências de gêneros. Os comportamentos internalizados pelos sujeitos vão depender dos espaços ocupados por eles, do processo de socialização pelo qual passaram. Assim, a feminilidade ou a masculinidade normalizada é uma vivência performativa, em que os sujeitos repetem atos naturalizados pelos discursos presentes no cotidiano, que determinam papéis sociais baseados na divisão

binária dos gêneros. Desse modo, os estereótipos tradicionais de gêneros implicam em relações de poder, que definem e distinguem o lugar dos sujeitos em processos desiguais de vida, nas condições de trabalho e nas relações afetivas.

Nas relações de trabalho associado e nas atividades exercidas na esfera doméstica, elas encontram novas possibilidades de reinventar o cotidiano, de questionar estruturas naturalizadas das expressões de gênero materializadas na divisão sexual do trabalho. As artesãs vão moldando suas práticas solidárias, buscando formas de inserção produtiva, gerando valores de troca, ainda que de forma marcadamente fragilizada. Nesse sentido, a pesquisa provoca novos diálogos, suscita questões e abre campo para investigações mais aprofundadas sobre o tema.

Referências

- Antunes, Ricardo (2002). *Adens ao trabalho?* Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. São Paulo, Cortez; Campinas, Unicamp.
- Antunes, Ricardo (1999). *Os sentidos do Trabalho*: ensaio sobre a afirmação e negação do trabalho. 1ª ed. São Paulo: Boitempo Editorial.
- Berger, P. I.; Luckmann, T (1985). *A construção social da realidade*: tratado de sociologia do conhecimento. Trad. Florianio de S. Fernandes. Petrópolis: Vozes.
- Brasil. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) (2016). *Cidades*. Disponível em:
<<http://www.cidades.ibge.gov.br/xtras/temas.php?lang=&codmun=211130&idtema=130&search=maranhao%7Csaoluis%7C-> .>. Acesso: novembro 2016.
- Bruschini, C. (2000), Gênero e trabalho no Brasil: Novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil 1985/95). In: ROCHA, M. I. B. (org.). *Trabalho e Gênero*: Mudanças, Permanências e Desafios. São Paulo: Ed. 34, p.13-58.
- Butler, Judith (2001). Corpos que pesam: sobre os limites discursivos do “sexo”. In: Louro, G. L. *O corpo educado pedagogias da sexualidade*. 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, p.153-172.
- Foucault, Michel (2008). *A Ordem do Discurso*. Aula inaugural no Collège de France pronunciada em 02 de dezembro de 1970. 17ª ed. São Paulo, Edições Loyola.
- Gaiger, L. I. G.; Laville, J-L. (2009), Economia Solidária. In: Cattani. A. D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. CES. Edições Almedina, p.162-168.

- Gaiger, Luís Inácio (2009). Empreendimento Econômico Solidário. In: Cattani. A. D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. CES. Edições Almedina, p.181-187.
- Giddens, Anthony (2005). Trabalho e Vida Econômica. In: *Sociologia*. 4ª Ed, Porto Alegre: Artmed, p. 305-340.
- Giddens, Anthony (2007), *Mundo em descontrole: o que a globalização está fazendo de nós*. Rio de Janeiro: Record, p.17-29.
- Gohn, M. G. (2007), *Mulheres – atrizes dos movimentos sociais: relações político- culturais e debate teórico no processo democrático*. In: *Revista Política & Sociedade* (11), p. 41 - 70.
- Goldenberg, Mirian (2004). *A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa nas Ciências Sociais*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Record.
- Hillenkamp, Isabelle et. al. (2014), *Economia Solidária e as teorias feministas: possíveis caminhos para uma convergência necessária*. Disponível em: <<http://www.sof.org.br/wp-content/uploads/2016/10/a-economia-solidaria-e-as-teorias-feministas.pdf>> acesso: 28.10.2016.
- Hirata, H. & Kergoat, D. (2007), *Novas Configurações da Divisão Sexual do Trabalho*. *Cadernos de Pesquisa* 37 (132), p. 595-609.
- Hirata, H. (2011), *Tendências Recentes da Precarização Social e do Trabalho: Brasil, França, Japão*. *Cadernos CRH, Salvador* 24 (1), p. 15-22.
- INEP (2013). *Censo da educação básica: 2012 – resumo técnico*. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/educacao_basica/censo_escolar/resumos_tecnicos/resumo_tecnico_censo_educacao_basica_2012.pdf>. Acesso: novembro de 2016.
- IPEA (2016a). *Mulheres e trabalho: breve análise do período 2004-2014*. Brasília, março. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/nota_tecnica/160309_nt_2_4_mulher_trabalho_marco_2016.pdf> Acesso: março 2017.
- IPEA (2016b). *Os novos dados do mapeamento de Economia Solidária no Brasil: nota metodológica e análise das dimensões socioestruturais dos empreendimentos, relatório de pesquisa*. Brasília. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriopesquisa/161026_relatorio_pesquisa_novos_dados_mapeamento_economia_solidaria_brasil.pdf> Acesso: 01/01/2017.
- Keller, Paulo Fernandes (2014). O artesão e a Economia do artesanato na sociedade contemporânea. *Revista de Ciências Sociais* (41), p. 323-347.
- Lima, Jacob C. (2004), O trabalho autogestionário em cooperativas de produção: o paradigma revisitado. *Revista Brasileira de Ciências Sociais, Anpocs* 19 (56).

- Marx, Karl (1975). *O Capital: crítica da economia política: livro 1- O processo de produção do capital*. 3.ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Mothé, Daniel (2009). Autogestão. In: Cattani. A. D. et al. *Dicionário internacional da outra economia*. CES. Edições Almedina, p. 26-30.
- Scott, Joan (1990). Gênero: uma categoria útil de análise histórica. In: *Educação e Realidade*. Rio Grande do Sul 16 (2), jul/dez.
- Singer, P. (2002), *Introdução à Economia Solidária*. 1ª ed. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Singer, P. (2005), A recente ressurreição da economia solidária no Brasil. In: SANTOS, B. de S. (Org.). *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. 2. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, p. 81-126.
- Waiselfisz, J. J. (2017), *Mapa da violência 2016: homicídios por armas de fogo no Brasil*. Disponível em: http://www.mapadaviolencia.org.br/pdf2016/Mapa2016_armas_web.pdf. Acesso: Agosto de 2017.